

## **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS**

### **Intervenção em área de preservação permanente – linha Barra da Taquara - Nova Itaberaba**

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00005416-0

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **JANDIR LUIZ CREMONINI**, portador do RG n. 265632, inscrito no CPF n. 692.874.819-20, com domicílio em Linha Barra Taquara, interior de Nova Itaberaba; 988194458 (WhatsApp); e **NEURI CORRADI**, portador do RG n. 3.862.329, inscrito no CPF n. 024.450.019.35, com domicílio em Avenida Independência, Edifício Neuri Corradi, 408, Centro, Nova Erechim, 98803-2925; doravante denominados *compromissários*,

**CONSIDERANDO** que de acordo com o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados";

**CONSIDERANDO** que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (artigo 3º da lei n. 12.651/12);

**CONSIDERANDO** que a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes somente será admitida na hipótese de utilidade pública (artigo 8º, §1º, da lei n. 12.651/12);

**CONSIDERANDO** o dever legal do proprietário ou possuidor de

recuperar as áreas de vegetação nativa suprimidas ou ocupadas sem autorização do órgão ambiental competente, visto o caráter preventivo, retributivo e curativo do princípio da responsabilidade civil ambiental, denominado "poluidor-pagador";

**CONSIDERANDO** que tramita no âmbito do Ministério Público o Inquérito Civil n. 06.2020.00005416-0, por meio do qual se constatou que o compromissário Neuri Corradi é proprietário de imóvel situado em Linha Barra da Taquara, interior de Nova Itaberaba (22J 314.058m E, 7.021501m N) e que no local houve a supressão de área de preservação permanente, mediante o uso de maquinário, área de 1.308 m<sup>2</sup>, sem autorização do órgão competente;

**RESOLVEM** celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, mediante os seguintes termos:

#### **DO OBJETO**

**Cláusula 1ª:** O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade a recuperação *in loco* da vegetação suprimida no imóvel situado em Linha Barra da Taquara, interior de Nova Itaberaba, melhor identificado nos autos, e a compensação ambiental pelos danos ambientais causados pelos compromissários;

#### **DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS:**

**Cláusula 2ª:** Os compromissários se comprometem a comprovar ao Ministério Público a integral recuperação da área degradada indicada na Cláusula 1º, mediante a execução de projeto de recuperação da área degradada previamente aprovado pela Polícia Militar Ambiental, comprovando ao Ministério Público por relatório técnico no prazo de 180 dias.

**Cláusula 3ª:** Os compromissários pagarão compensação pelos danos ambientais no valor de R\$ 1.500,00, metade cada um, em favor do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, tudo no prazo de 30 dias;

## **DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 4ª:** Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, os compromissários ficarão sujeitos a multa diária de R\$ 1.000,00, ou multa de R\$ 100.000,00 por ocorrência, a critério do Ministério Público, solidariamente;

**Parágrafo primeiro** - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

**Parágrafo segundo** - O pagamento de eventual multa não exime os compromissários do cumprimento das obrigações contraídas;

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 5ª** - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra os compromissários, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido;

**Cláusula 6ª** - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o compromisso de ajustamento de conduta em duas vias, com igual eficácia de título executivo extrajudicial.

Chapecó, 9 de fevereiro de 2021

Eduardo Sens dos Santos  
**Promotor de Justiça**

Jandir Luiz Cremonini  
**Compromissário**

Neuri Corradi  
**Compromissário**

